



**42º Encontro Anual da ANPOCS**  
**GT22 - Partidos e sistemas partidários**

**Coordenação e desempenho eleitoral: a força  
do partido do governador nas eleições  
subnacionais**

**Monize Arquer**  
**Henrique Curi**

**Caxambu – MG**  
**22 a 26 de outubro de 2018**

## **Coordenação e desempenho eleitoral: a força do partido do governador nas eleições subnacionais**

Monize Arquer<sup>1</sup>

Henrique Curi<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho analisa se um partido que é consecutivamente eleito para o cargo de governador se beneficia desta posição no nível municipal melhorando seu desempenho eleitoral e sua influência em coligações nos pleitos seguintes para prefeito e vereador. A hipótese é que em locais onde o partido do governador vence pelo menos três vezes consecutivas, gera um fortalecimento do partido no estado, resultando em um aumento no número de vitórias e maior número de candidaturas como cabeça de chapa desse mesmo partido nas eleições municipais seguintes. Para isso, trabalhamos com dados agregados de 1998 a 2016 em todos os estados brasileiros, mas priorizando três deles: São Paulo, onde o PSDB foi eleito para todas as eleições desde 1994; Acre, onde aconteceu o mesmo mas com o PT; e Amazonas, onde nenhum partido conseguiu se reeleger em nenhum ano. Os dados indicam uma aparente força do incumbente resultando em pontos de inflexão para atuação dos partidos em nível municipal – seja apresentando um aspecto de maior ou menor centralidade nessas disputas. Esse resultado sugere que presença partidária importa para sua atuação local e traz uma agenda de pesquisa para repensar fortalecimento e estratégia do partido do governador nas eleições municipais.

### **Introdução**

O Brasil é um sistema político federativo, composto por mais de 30 partidos políticos que podem eleger candidatos para um vasto número de cargos sob regras proporcionais e majoritárias e em três níveis de disputa. Essa complexidade dá abertura para a existência de diversas estratégias e articulações interpartidárias e intrapartidárias, coordenação eleitoral e de redes de influência entre os diversos níveis, tanto no que diz respeito à atuação dos partidos e quanto no que diz respeito à decisão do eleitor. Por exemplo, partidos podem valorizar sua dispersão e fortalecimento pelo território ou

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (PPGCP-Unicamp) e membro do Grupo de Estudos em Política Brasileira associado ao Centro de Estudos de Opinião Pública da mesma instituição (Polbras-CESOP/Unicamp). Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (PPGCP-Unicamp), membro do Grupo de Estudos em Política Brasileira associado ao Centro de Estudos de Opinião Pública da mesma instituição (Polbras-CESOP/Unicamp) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Geografia Eleitoral (GEPEGE/Unicamp). Bolsista CNPq.

concentrar sua atenção apenas uma cargo eletivo (CARNEIRO E ALMEIDA, 2008; DOSEK E FREIDENBERG, 2013). Do mesmo modo, eleitores podem coordenar sua escolha votando no mesmo partido para todos os cargos ou descentralizando sua decisão entre diversas legendas. Tal arranjo partidário e eleitoral complexifica a ação dos atores políticos e seus processos causais e precisam ser ponderadas em análises sobre atuação e desempenho eleitorais (ANDERSON E DALTON, 2011).

Alguns trabalhos já indicaram a articulação entre os níveis de disputa, entre os cargos competitivos e entre os votos recebidos pelos partidos em eleições consecutivas (CARNEIRO E ALMEIDA, 2008; AVELINO, BIDERMAN E BARONE, 2012). Enquanto outros se preocuparam mais detidamente com o papel exercido pelo partido do governador e sua relação com a decisão do eleitor para cargos nacionais e para o próprio desenvolvimento do partido eleitoralmente e organizacionalmente (CERVI E CODATO, 2006; AMARAL E TANAKA, 2016). Apesar dessas agendas, pouco se sabe sobre como o partido do governador articula e afeta os pleitos municipais e, em que medida, ocupar esse posto pode beneficiar a legenda nos municípios brasileiros.

Buscando preencher essa lacuna, o presente trabalho explora como os partidos e os eleitores se comportam frente à essa ampla gama de situações e possibilidades. Tendo isso em vista, analisamos se há algum grau de coordenação eleitoral partidária entre os níveis de disputa estadual e municipal e, se sim, como ela ocorre. Essa questão será trabalhada de diversas formas, entre elas está o lançamento e a conquista de prefeituras e a composição de coligações eleitorais municipais<sup>3</sup>. Com isso, seremos capazes de verificar se o partido se beneficia do fato de ocupar o Executivo estadual e como isso ocorre no longo prazo, identificando sob quais condições ele consegue influenciar os pleitos subsequentes ao seu, atuando de forma (in)direta em outras eleições.

De modo mais específico, analisamos em que medida partidos fortes na disputa para o governo do estado se beneficiam eleitoralmente desta posição no nível municipal, para pleitos seguintes. Chamamos de partidos fortes aqueles que conquistam o Executivo estadual em, no mínimo, três eleições consecutivas. Dessa forma, não avaliamos apenas se houve reeleição, mas sim a capacidade de manutenção do partido mesmo com a mudança

---

<sup>3</sup> Cabe aqui agradecer a ajuda e disponibilidade com os dados que Vitor Vasquez, doutorando em Ciência Política (DCP/IFCH/Unicamp, período sanduíche em UCSD e membro do Polbras), nos proporcionou. Agradecemos, e muito, seu apoio.

de candidato. Ou seja, a força repousaria especificamente no partido ao invés de apresentar algum viés personalista.

Assim, testamos a hipótese de que partidos fortes no governo estadual se beneficiam dessa posição para as eleições seguintes, coordenando sua atuação entre os níveis municipal e estadual. Essa situação levaria à ampliação nos votos obtidos nas eleições estaduais e municipais seguintes, resultando na conquista de um maior número de prefeituras e cadeiras nas câmaras municipais, além da manutenção do partido no Executivo Estadual. Também colocaria o partido em posição de atuação estratégica, permitindo maior capacidade de gerenciamento de suas coligações e de recursos públicos como, por exemplo, no que diz respeito ao repasse orçamentário para seus correligionários.

A contribuição desse trabalho se direciona tanto para estudos estritamente partidários quanto eleitorais, pois o resultado de qualquer estratégia implica diretamente no retorno dado pelo eleitorado. Ao analisarmos o nível subnacional – dando especial atenção às disputas para governador, prefeito e vereador, ainda que esse último em menor medida – trazemos um avanço para os estudos que priorizam uma coordenação vertical desde o nível nacional. Também conseguimos verificar mais detidamente como essa posição afeta o partido internamente, além da decisão do eleitor, considerando suas estratégias de atuação em ambos os níveis. Mesmo com a ausência de análises a partir de 1994, por conta dos imprecisos dados eleitorais de 1996. Trazemos um elemento importante de construção partidária nos estados, pois trabalhamos com um período temporal relativamente extenso (de 1998 a 2016). E, por fim, tratamos de modo mais aprofundado três casos específicos, que envolvem perfis socioeconômicos, demográficos e alguma variedade nos partidos que lá atuam - condições essas que contribuíram para a seleção. São eles: São Paulo, Acre e Amazonas.

Os dados que utilizamos se mostraram consistentes com aquilo que pretendíamos analisar. Na análise agregada, são poucas as situações nas quais encontramos partidos que se enquadrariam na categoria de fortes, como definimos anteriormente. Mas isso, na verdade, foi de grande utilidade para testarmos se de fato estar presente em três eleições consecutivas é condição necessária ou suficiente para gerar qualquer ampliação na capacidade eleitoral e administrativa do partido. Para além do resultado nas urnas, foi possível analisar uma espécie de padrão do partido incumbente no governo estadual em relação às coligações municipais para as eleições seguintes. Assim, nossa pesquisa traz

achados que podem contribuir com o debate partidário e eleitoral no Brasil, mas também nos demais sistemas partidários federativos.

Este trabalho está dividido em quatro seções, além dessa introdução. Na seção seguinte, trazemos os principais pressupostos teóricos que orientam a pesquisa, além de uma breve apresentação dos resultados que foram encontrados em trabalhos anteriores. Na terceira seção, detalhamos nossos objetivos, hipótese e todas as informações referentes à seleção dos casos, à metodologia utilizada e à manipulação dos dados. A próxima seção traz os resultados encontrados com base na análise de dados. Eles são apresentados de forma descritiva e para todos os estados dando algum destaque para os casos previamente selecionados. Por fim, fazemos algumas considerações com base nos resultados encontrados, indicando a centralidade do partido do governador nas eleições municipais. As conclusões permeiam casos com maior ou menor centralidade do partido do governador, mas sempre demonstrando um padrão e grau de influência estadual no âmbito municipal.

### **Coordenação eleitoral nos sistemas subnacionais**

Dentro de sistemas federativos, como é o caso brasileiro, partidos podem atuar nos níveis municipal, estadual e nacional, o que a literatura chama de sistemas multinível (DETTERBECK, 2012; DOSEK E FREIDENBERG, 2013; FREIDENBERG E SUÁREZ-CAO, 2014). Cada um desses níveis estaria sujeito a contextos específicos, no que diz respeito às regras, recursos e demandas eleitorais. Essas particularidades com organizações e identidades assimétricas, acabam moldando as estratégias de atuação política, incentivando partidos a se adequarem a demandas locais se inserindo no território (DETTERBECK, 2012). Tal condição poderia, inclusive, levar a uma decisão eleitoral menos partidária e mais focada em demandas locais específicas, incentivando votos em legendas distintas para cada nível (DETTERBECK, 2012).

A fim de entender como os níveis e os cargos se relacionam, alguns trabalhos buscaram explicar se existe correlação entre os votos dos partidos nos vários níveis de competição, visando explorar tanto a força partidária como também o cálculo dos eleitores. Exemplo disso é o artigo de Carneiro e Almeida (2008), no qual indicam a articulação exercida pelos partidos entre os níveis eleitorais, e a correlação de voto entre os cargos majoritários em eleições consecutivas e entre os cargos proporcionais nas mesmas eleições. Além disso, reforçam a importância de considerar o nível municipal como uma arena aberta e sujeita a influenciar e ser influenciada pelos demais pleitos. O trabalho de

Avelino, Biderman e Barone (2012) demonstra que a eleição de um prefeito aumenta a porcentagem de votos recebidas pelo seu partido no município nas eleições proporcionais estaduais subsequentes (para deputado estadual e deputado federal), e destaca a importância da organização partidária municipal para entender o desempenho nessas disputas.

Especificamente tratando sobre o comportamento eleitoral, o trabalho de Amaral e Tanaka (2016) explica como os eleitores escolhem seus governadores com base no *survey* nacional realizado pelo CESOP, o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). Em seu trabalho ficou demonstrado que a decisão do eleitor para o cargo de governador em 2014, se deu levando em consideração o desempenho dos partidos no nível nacional, o voto para presidente e governador nas eleições anteriores e a preferência partidária do eleitor. Esses achados indicam algum grau de correlação entre os níveis nacional e estadual no que diz respeito à escolha do eleitor e às estratégias partidárias.

A articulação vertical promovida pelos partidos torna-se genuinamente interessante se consideramos os incentivos institucionais para que o *coattail* eleitoral<sup>4</sup> não seja tão forte ou expressivo entre eleições estaduais e municipais. Um exemplo é a autonomia cada vez maior do município após a Constituição de 1988, importante para implementação de políticas públicas pela própria prefeitura e que torna o município cada vez mais um local independente de competição política. Outro exemplo é o fato das eleições estaduais e municipais acontecerem com intervalo de dois anos, possibilitando tanto a independência entre as competições como a coordenação entre elas.

Os partidos sofrem igualmente o impacto das características particulares a cada arena eleitoral e, por isso, precisam se diferenciar de seus oponentes a fim de conquistar o eleitorado e se fortalecer politicamente (HELLMANN, 2011). Essas diferenças aparecem principalmente em suas organizações internas e estratégias competitivas (SCARROW, WEBB, POGUNTKE, 2017), como o lançamento de candidatos e a composição de coligações. A resposta dos eleitores por meio do voto se dá considerando a oferta apresentada para cada nível e cargo disputado. Assim, entendemos que cada uma dessas estratégias partidárias irá gerar respostas distintas por parte do eleitorado, pois ele reage

---

<sup>4</sup> *Coattail effect* consiste no fenômeno de evidência intrapartidária para vincular desempenho do partido em diversos níveis de disputa (AVELINO, BIDERMAN E BARONE, 2012).

ao contexto no qual está inserido considerando a gama de possibilidades que tem disponível, o que irá definir seu cálculo eleitoral e a decisão de voto.

Nos últimos anos, vem sendo dada uma atenção cada vez maior para coligações enquanto objeto de estudo. Analisa-se desde a ótica de impacto nas eleições proporcionais e sua responsabilidade pela alta fragmentação partidária até os motivos eleitorais para a realização de coligações – sendo a decisão do partido vista como estratégica levando em considerações seus custos e benefícios para o acordo (CARREIRÃO, 2006; SOARES, 1964; SOUZA, 1976; LIMA JÚNIOR, 1983; SANTOS, 1987; FIGUEIREDO, 1994; NICOLAU, 1994). Trabalhos se debruçaram sobre o aspecto ideológico dos partidos e, assim, concentraram esforços na análise sobre a consistência para a “aliança pré-eleitoral” (SCHMITT, 1999). Partindo das eleições para o governo estadual, Krause e Godoi (2010) apontam que o grau de inconsistência ideológica vem em uma crescente no país desde 1994. Outros trabalhos indicam o crescimento da inconsistência ideológica para outros cargos e eleições dentro das coligações (MACHADO, 2005; DANTAS, 2007; CARREIRÃO E NASCIMENTO, 2010; LEONI, 2011).

O tratamento da ideologia enquanto variável independente no modelo dos autores supracitados é, sem dúvida, relevante na contribuição para os desafios metodológicos sobre os estudos das coligações no Brasil (KRAUSE, 2010; MACHADO, 2017). No entanto, nossos esforços repousam em outras explicações. Uma vez que todos os partidos beneficiam-se do instrumento da aliança em uma coligação, tal estratégia pode ser vista como racional aos atores (KINZO, 2004). De um lado, os pequenos partidos garantem sua presença no governo eleito. Do outro, ao optar firmar a aliança com pequenos, os grandes partidos aumentam seus recursos eleitorais – como tempo maior de propaganda eleitoral no rádio e na televisão – e, assim, as possibilidades de vitória nas eleições (KINZO, 2004). Sendo assim, a prática de formação das alianças pré-eleitorais é incentivada de forma institucional. A partir disso, ressaltamos em nosso trabalho a importância de se analisar as coligações a partir da posição de nosso objeto – o partido do governador. O cabeça de chapa em nossos dados seria o partido que conseguiria obter maior apelo do eleitorado, já que apenas sua legenda é digitada nas urnas.

E, em questões analíticas, trabalhar com a coligação municipal para o cargo majoritário nos traz a possibilidade de analisar a centralidade de determinado partido

político nesse processo de alianças<sup>5</sup>. Em nosso caso, o partido do governador. O trabalho de Krause e Paiva (2000), bem como o de Silva (2017) muito nos contribui neste sentido, trazendo a lógica coligacionista do partido do governador nas eleições municipais de Goiás. Nossa ambição, no entanto, é expandir essa análise e traçar parâmetros para todo país.

Assim, o presente trabalho se preocupa em verificar se o fato de ocupar o governo do estado exerce alguma influência sobre as estratégias competitivas e o desempenho eleitoral dos partidos políticos no Brasil. Ao trazermos essa ligação entre as candidaturas e os resultados, conseguimos verificar como o eleitorado responde à essas dinâmicas e inferir a relevância que o partido do governador tem sobre as disputas municipais.

### **Objetivo, hipótese e metodologia**

Os trabalhos mencionados acima indicam que existe algum grau de articulação e correlação entre as eleições nacional, estadual e municipal. Ou seja, os resultados eleitorais e a estratégia competitiva dos partidos nesses três níveis de disputa não são elementos completamente isolados entre si. Dito isso, podemos supor que a força eleitoral de um partido para um cargo específico, pode influenciar sua atuação e seu desempenho nos demais níveis. Apesar da colaboração que os trabalhos acima mencionados trazem em relação a correlação de votos recebidos pelos partidos e à existência de algum nível de coordenação eleitoral, falta ainda pensar como isso ocorre sob a ótica da atuação partidária. Ou seja, é preciso identificar os mecanismos que o partido utiliza para articular e se organizar nos pleitos subsequentes a fim de manter, ou até mesmo ampliar, sua votação e conquistar cada vez um maior número de eleitores e espaços.

Assim, o objetivo dessa pesquisa é explorar se há coordenação eleitoral entre os níveis estadual e municipal e, se sim, como ela ocorre. De modo específico, queremos identificar se o partido do governador está em alguma medida relacionado com o desempenho eleitoral municipal do partido e como ocupar essa posição beneficia a legenda no estado. Analisamos se um partido que é consecutivamente eleito para o cargo de governador se beneficia desta posição no nível municipal, no que diz respeito à articulação da competição política e em relação ao seu desempenho nos pleitos seguintes para prefeito e vereador.

---

<sup>5</sup> Nas alianças coligacionistas para o cargo majoritário municipal, define-se, necessariamente, a sigla que encabeçará a chapa. Assim, a análise acerca do protagonismo de um partido político é facilitada.

Partimos do pressuposto que uma frequente presença no governo estadual fortalece o partido e lhe dá visibilidade e poder de barganha com os demais competidores. A proposta por olhar do governo para o nível municipal é exatamente buscando captar esse vínculo mais próximo que pode existir entre o governador e os candidatos nas cidades, mais próximo do que poderia ter entre o nível nacional e municipal, e tão próximo quanto o que pode ser encontrado entre o nacional e o estadual. Assim, nossa hipótese é que nesses locais onde o partido do governador vence pelo menos três vezes consecutivas gera um fortalecimento do partido no estado, que resulta em um aumento no número de vitórias e no número de candidaturas como cabeça de chapa desse mesmo partidos nas eleições municipais.

A decisão de selecionarmos três eleições consecutivas tem objetivo claro: dar ênfase na importância do partido para sistema eleitoral e partidário. As barreiras de natureza quantitativa (três) e sequencial (consecutiva) têm por incentivo deixar de lado a questão personalista na região. Ao escolhermos três eleições consecutivas, eliminamos a possibilidade de reeleição do mesmo candidato e, ao mesmo tempo, demonstramos que o partido possuiu forças para sagrar-se vitorioso ali – para além do força do incumbente. Os locais onde isso ocorre serão designados como locais com *partido forte*. Além disso, traria benefícios à gestão da própria máquina partidária, por meio da administração de recursos de modo coordenado entre os representantes eleitos – principalmente no que diz respeito ao repasse orçamentário do estado aos municípios.

Para isso, trabalhamos com dados agregados das eleições de 1998 até as eleições de 2016. Apesar de tratar tanto das disputa para prefeito e vereador no nível municipal, priorizamos as disputas para os cargos majoritários (governador e prefeito). Primeiro, porque em análise preliminar dos dados foi possível notar que há um grau de correlação considerável<sup>6</sup> entre os votos para prefeito e vereador em um mesmo município, tornando a análise dos cargos majoritários suficiente. E segundo porque acreditamos que assim conseguimos captar de forma mais adequada o impacto da fórmula eleitoral majoritária, que traz componentes específicos<sup>7</sup> para a campanha e para o cálculo eleitoral (LIJPHART,

---

<sup>6</sup> Foram realizadas correlações entre a porcentagem de votos dos partido para os dois cargos em cada município. O valores se mostraram significativos na grande maioria dos casos. (CARNEIRO E ALMEIDA, 2008)

<sup>7</sup> No caso brasileiro, é importante ressaltar que as eleições municipais para prefeito contam com coligações que possuem um partido como “cabeça de chapa”, ou seja, como partido que assume a legenda e, no limite, torna-se quem recebe os votos do eleitor.

1984). De todo modo, dados sobre as disputas para as câmaras municipais também são apresentados fornecendo a informação mais completa possível.

A pesquisa considera dois momentos. O momento anterior à eleição trata sobre 1) o número de candidatos lançados e eleitos em cada eleição municipal, para verificar a taxa de sucesso que o partido obteve após a conquista do governo do estado; 2) o perfil socioeconômico dos municípios nos quais o partido compete, para identificar se há características ou padrões de comportamento de origem contextual e 3) a composição da coligação para o cargo majoritário municipal<sup>8</sup>, para analisar se os partidos que ocupam o governo ganham algum poder de barganha nas eleições seguintes, atraindo os demais competidores para coligação que buscam apoio político.

O segundo momento é pós eleitoral e trata especificamente sobre os resultados. Aqui analisamos sob quais condições o partido do governador conseguiu eleger seus candidatos e trabalhamos também com a porcentagem de votos recebidos pelo partido nos três pleitos analisados, para verificar a existência de correlações em seu desempenho em cada município. Por meio da correlação dessas porcentagens de voto conseguimos identificar exatamente as situações nas quais os partido se beneficiou ou não de sua presença no executivo estadual.

As análises são realizadas para todos os estados brasileiros, mas damos prioridades a grupos específicos que nos permitem testar se há diferenças nos resultados para partidos e locais distintos. O primeiro grupo é composto por aqueles estados que seguiram nosso critério de força do partido e conquistaram a reeleição do governo estadual três vezes consecutivas – são os casos do Acre, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Dentre esses, selecionamos casos que nos importam a fim de testar a mais detidamente a relevância partidária. Escolhemos um caso onde um partido se elege desde o início de nosso recorte temporal até seu final; outro caso em que o fato se repete – mas com partido antagonico ao do primeiro; e, um terceiro caso onde nenhum partido é reeleito para o Executivo estadual. O primeiro desses casos é São Paulo, no qual o PSDB foi eleito em todas as disputas de 1994 a 2014. Esse caso se destaca pois o partido não apenas foi vitorioso no estado já no primeiro turno desde as eleições de 2006, como também conquistou a maior porcentagem de votos em um altíssimo número de municípios ao longo

---

<sup>8</sup> A análise das coligações a nível municipal, se detém nas majoritárias pela possibilidade de avaliação da força de um partido político específico em relação aos seus pares – sendo sua força medida pelo encabeçamento ou não da chapa formada.

do tempo, chegando em 2014 como mais votado em todas as cidades paulistas, sendo a única exceção no município de Hortolândia.

O segundo estado analisado é o Acre, onde o PT exerce papel semelhante ao do PSDB em São Paulo, e conquista o Executivo estadual consecutivamente desde 1998. Esse caso é interessante pois fornece uma situação semelhante no que diz respeito ao predomínio eleitoral, com o adicional de se tratar de um partido que, desde 1994, compartilha a disputa presidencial com o PSDB, que obtém as maiores taxas de preferência partidária do país, e que se apresenta como partido com perfil diferente do primeiro. Esse conjunto de elementos, somado ao fato de se tratar de um estado com pouquíssimos municípios (22) comparado ao primeiro (645), permite uma análise que diferencie suas estratégias competitivas e capaz de mensurar o impacto dessas outras características sobre a atuação partidária e eleitoral.

Já o terceiro estado é o Amazonas, que aparece como um caso que funciona como um ponto de divergência em comparação com os demais por diversos motivos. Primeiro, e mais simples, nenhum partido se repete no cargo de governador desde 1998. Além disso, é um estado no qual apesar de dois governadores terem sido reeleitos e antigos vice-governadores que ocuparam o cargo de titulares pouco tempo antes das eleições terem saído vitoriosos no pleito seguinte, em todas essas situações o partido pelo qual competiam era diferente. Vale pontuar que apenas um vice-governador manteve-se fiel ao seu partido ao disputar e ser eleito para o governo, mas em pouco mais de um ano após assumir teve sua candidatura cassada pelo TSE. Com isso, o Amazonas, não só permite testar a força de nossa hipótese, mas principalmente permite explorar o impacto dessas migrações e cassações para o desenvolvimento dos partidos no estado.

As informações mais detalhadas sobre cada um desses estados consta na tabela 1. Vale pontuar que nos três casos há presença de candidatos que foram reeleitos, mas enquanto no Acre e em São Paulo isso ocorre dentro do mesmo partido, no Amazonas houve migração partidária. Aliás, particularmente no caso do Acre, notamos que os eleitos fazem parte inclusive da mesma família, com exceção de 2006, o que poderia ser interpretado como um efeito personalista da seleção de uma elite política. Apesar disso, queremos reforçar que não estamos preocupados com a elite local e sim com a força da legenda. Afinal, se um grupo de pessoas pode ser considerado uma elite local, ela seria eleita sob qualquer legenda, pois sua força extrapolaria a sigla sob a qual competem.

Portanto, o caso do Amazonas se mostra bastante eficaz para reforçar essa questão, dado que o mesmo candidato é reeleito sob legendas diferentes.

Tabela 1. Candidatos eleitos para governador

<b>Estado (UF)</b>	<b>Ano</b>	<b>Partido</b>	<b>Candidato eleito</b>
ACRE (AC)	1998	PT	Jorge Viana
	2002	PT	Jorge Viana
	2006	PT	Binho Marques
	2010	PT	Tião Viana
	2014	PT	Tião Viana
AMAZONAS (AM)	1998	PFL	Amazonino Mendes
	2002	PPS	Eduardo Braga
	2006	MDB	Eduardo Braga
	2010	PSD	Omar Aziz
	2014	PROS	José Melo
SÃO PAULO (SP)	1998	PSDB	Mário Covas
	2002	PSDB	Geraldo Alckmin
	2006	PSDB	José Serra
	2010	PSDB	Geraldo Alckmin
	2014	PSDB	Geraldo Alckmin

Fonte: produzida pelos autores com base em dados do TSE.

Desse modo, conseguimos 1) verificar como os partidos se comportaram em cada uma das situações e quais são os efeitos disso; 2) diferenciar as estratégias partidárias, indicando aquelas cujo impacto sobre o desempenho eleitoral foi mais favorável, 3) inferir em alguma medida como o eleitor responde à presença de partidos específicos nas eleições subnacionais e, finalmente 4) confirmar se o fortalecimento do partidos no governo estadual, é importante para seu fortalecimento também no nível municipal.

### **Análises e resultados**

Esta seção apresenta os resultados encontrados e suas respectivas análises. Os dados são apresentados para todos os estados de modo descritivo. No decorrer do texto, apresentamos também análises mais pontuais sobre os casos considerados com partidos fortes que foram selecionados. Desse modo, conseguimos explicar a atuação e o desempenho dos partidos no nível subnacional de modo mais robusto.

Antes de mais nada é preciso apresentar quais são os partido que têm conquistado os governos estaduais no Brasil. A tabela 2 traz essa informação para os anos de 1998 a

2014<sup>9</sup>, com indicações dos casos que satisfazem as condições para testar nossas hipóteses. Essa dado chama atenção por dois motivos. O primeiro é que apesar da ampla variedade de siglas que compõem o sistema partidário brasileiro, nota-se que são poucos os partidos que regularmente ocupam esse posto. O segundo é que apesar de haver um grau considerável de reeleições, são poucos os casos nos quais podemos considerar haver permanência dos partidos sendo, portanto, crucial que essas exceções sejam analisadas, como nos propomos fazer aqui.

**Tabela 2. Partidos eleitos para governador por estado**

SIGLA UF	1998	2002	2006	2010	2014
AC	PT	PT	PT	PT	PT
AL	PSB	PSB	PSDB	PSDB	PMDB
AM	PFL/DEM	PPS	PMDB	PMN	PROS
AP	PFL/DEM	PDT	PDT	PSB	PDT
BA	PFL/DEM	PFL/DEM	PT	PT	PT
CE	PSDB	PSDB	PSB	PSB	PT
DF	PMDB	PMDB	PFL/DEM	PT	PSB
ES	PSDB	PSB	PMDB	PSB	PMDB
GO	PSDB	PSDB	PP	PSDB	PSDB
MA	PFL/DEM	PFL/DEM	PDT	PMDB	PCdoB
MG	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PT
MS	PT	PT	PMDB	PMDB	PSDB
MT	PSDB	PPS	PPS	PMDB	PDT
PA	PSDB	PSDB	PT	PSDB	PSDB
PB	PMDB	PSDB	PSDB	PSB	PSB
PE	PMDB	PMDB	PSB	PSB	PSB
PI	PFL/DEM	PT	PT	PSB	PT
PR	PFL/DEM	PMDB	PMDB	PSDB	PSDB
RJ	PDT	PSB	PMDB	PMDB	PMDB
RN	PMDB	PSB	PSB	DEM	PSD
RO	PFL/DEM	PSDB	PPS	PMDB	PMDB
RR	PPB	PSL	PSDB	PSDB	PP
RS	PT	PMDB	PSDB	PT	PMDB
SC	PPB	PMDB	PMDB	DEM	PSD
SE	PSDB	PFL/DEM	PT	PT	PMDB
SP	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
TO	PFL/DEM	PFL/DEM	PMDB	PSDB	PMDB

Fonte: Produzida pelos autores com base em dados do TSE.

Para verificar se essa permanência do partido no governo tem algum efeito sobre seu comportamento nas eleições municipais seguintes, buscamos analisar como o partido se comporta em relação às coligações compostas nas disputas locais subsequentes. A tabela 3 traz a diferença entre as médias de atuação do partido do governador em relação às coligações municipais. Nela separamos os estados nos quais não há permanência do partido

<sup>9</sup> Apesar de haver o dados para as eleições nacionais de 1994, os dados das eleições municipais subsequentes não estão completos e, por isso, optamos por considerar apenas o período com início em 1998.

daqueles onde o partido se enquadra à nossa condição e foi vitorioso em pelo menos três eleições consecutivas para o governo do estado. Consideramos esse último caso como locais com *partido forte*, são eles: AC, BA, MG, PE, RJ e SP. Os dados sugerem que pode haver efeito da força do partido sobre seu comportamento em coligações, mostrando-se relevante para considerarmos um possível padrão.

Cabe, dessa forma, fazer um adendo a respeito dos seguintes casos: GO, PA e PI. Essas Unidades Federativas possuem, dentro de nosso recorte temporal, a eleição de um mesmo partido para o governo do estado por três vezes. Porém, não consecutivas. A exclusão de análises mais detidas para tais casos é coerente, justamente, por nosso ponto metodológico: a sequência para eleição nos é cara, pois reduz a possibilidade de laços personalistas e que valoriza a força e agência do partido político na região.

Os resultados apontam para um maior grau de centralidade do partido do governador nas eleições municipais em estados com partidos fortes. Sua atuação enquanto cabeça de chapa é relevante quando comparada à média das demais unidades federativas. Na mesma balança, e como era de se esperar a partir do primeiro dado exposto, a média de municípios em que o partido do governo disputa apenas como “coligado” é maior nos estados sem um partido reeleito por pelo menos três vezes. A média referente às candidaturas solitárias pelo partido do governador não se diferenciam tanto, não chegando nem a 3% - o que demonstra o custo de uma candidatura solitária no plano municipal ou, como aponta Kinzo (2004), uma opção não tão racional pelo partido – visto as vantagens alcançadas por um possível acordo.

Buscando desmembrar esses dados, foram realizadas também as médias por ano, a fim de verificar se houve alguma alteração gradual ao longo do anos tendo em vista que o número de partidos seguiu aumentando. As tabela 2 traz as médias da atuação partidária por ano, sempre tendo como referência o partido do governador.

**Tabela 3. Médias da atuação do partido nas disputas para prefeito por ano (2000 - 2016)<sup>10</sup>**

Brasil	2000		2004		2008		2012		2016		2000 - 2016	
	Média UF	Média UF Forte	Média UF	Média UF Forte	Média UF	Média UF Forte	Média UF	Média UF Forte	Média UF	Média UF Forte	Média UF	Média UF Forte
Coligado	33,3	41,3	35,2	30,9	48,0	34,6	52,1	40,9	45,2	31,8	43,9	39,0
Sozinho	8,9	6,3	3,8	7,1	1,7	3,6	1,2	2,1	0,5	1,1	4,2	3,6

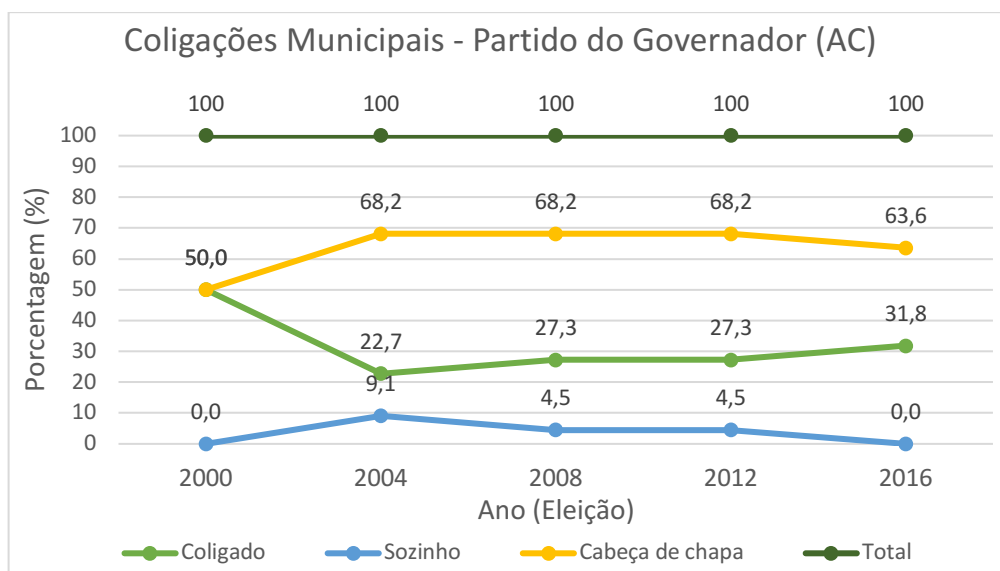
<sup>10</sup> A utilização da medida-resumo “média” nos parece suficiente para nossos dados – principalmente referente aos tipos de coligação “coligado” e “cabeça de chapa”. Por mais que a amostra possa ser classificada, majoritariamente, como heterogênea a partir dos coeficientes de variação, as médias seguem muito próximas ao valor da mediana.

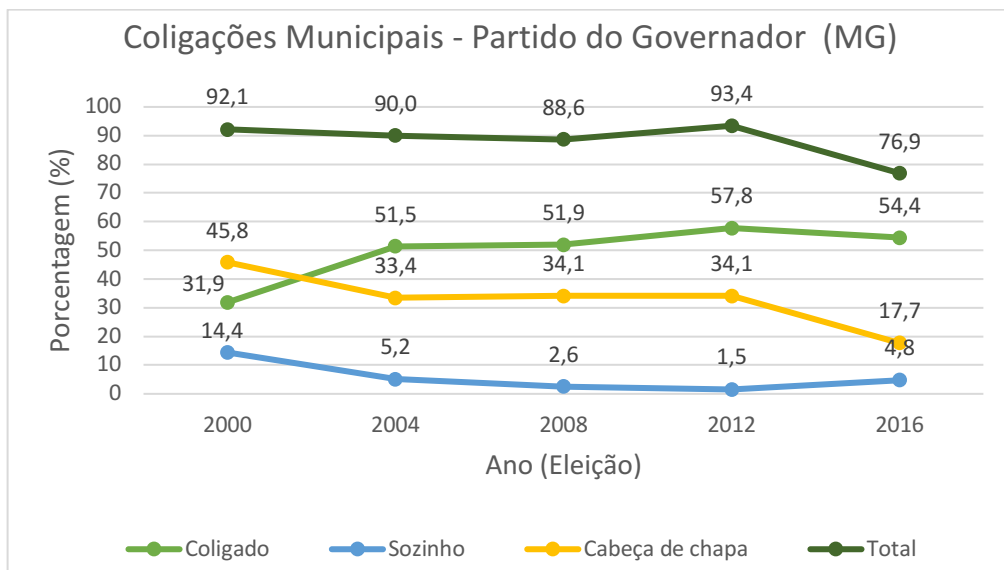
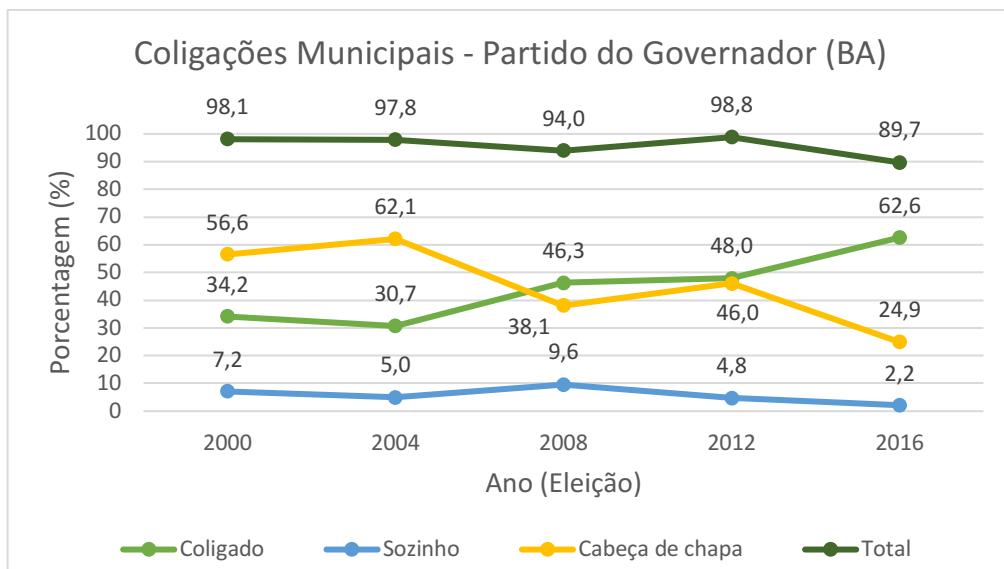
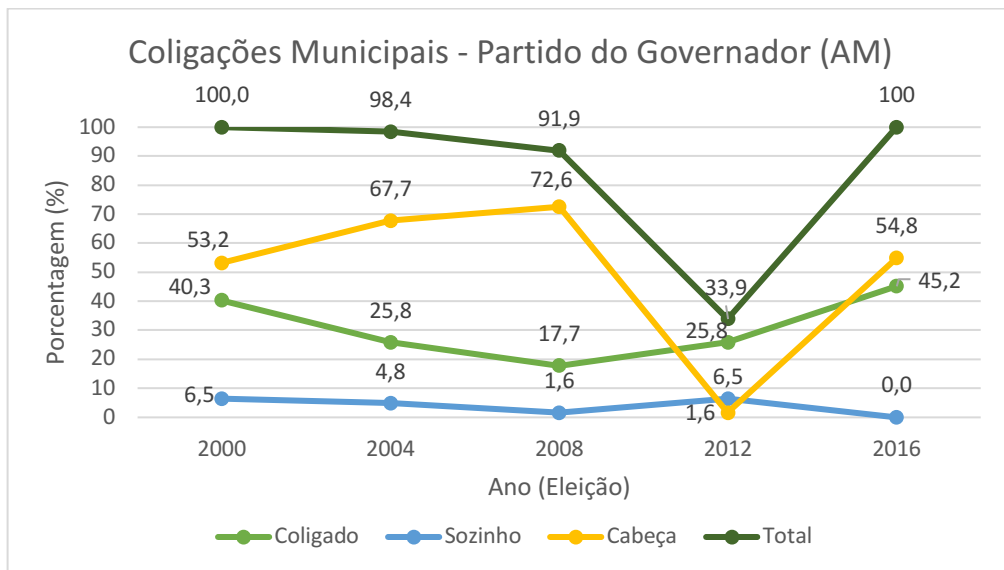
Cabeça	51,1	49,5	52,6	57,8	40,6	55,0	42,2	58,4	47,9	63,6	45,2	53,1
Total	95,8	97,1	97,8	95,8	92,9	92,8	97,8	99,2	97,0	97,8	93,3	96,0

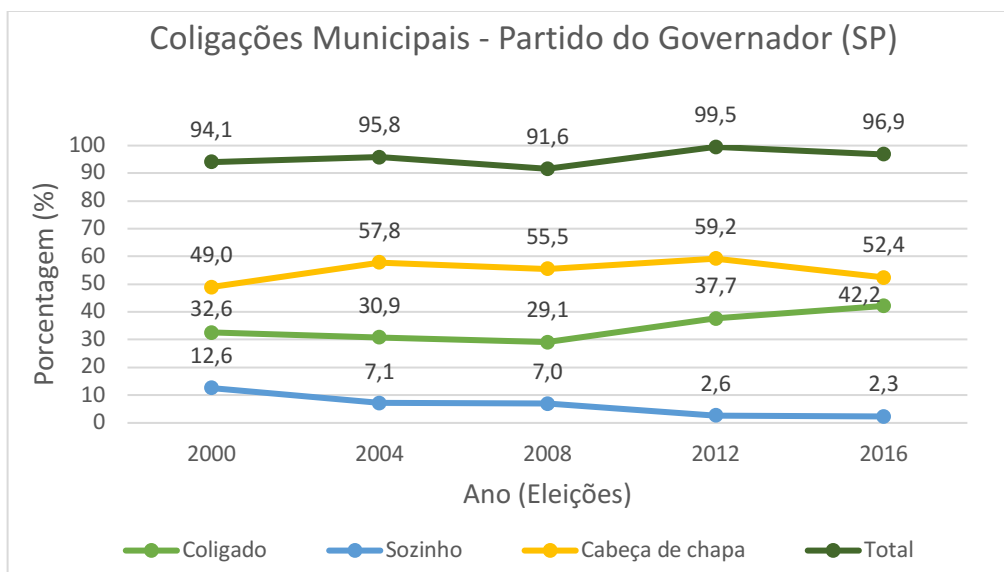
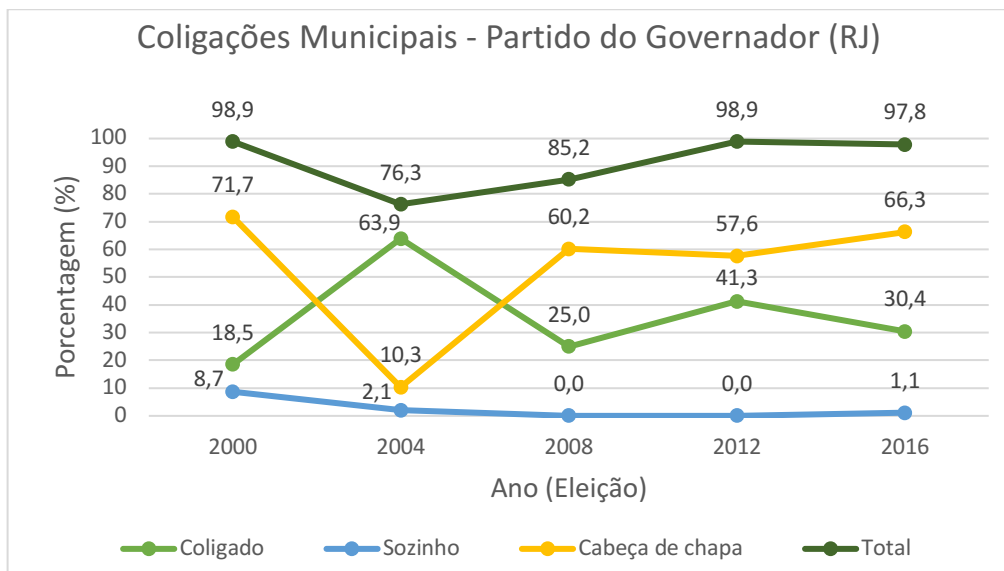
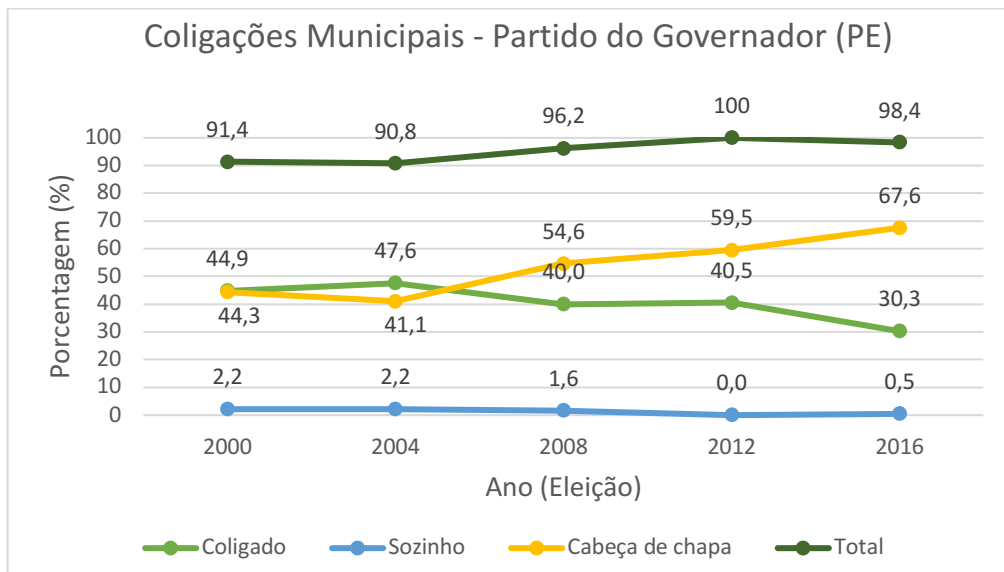
Fonte: produzida pelos autores com base em dados do TSE.

Ainda que em 2000 as médias não apareçam tão distintas e em 2004 vão até contra a centralidade do partido do governador colocada no parágrafo anterior, cabe citar a considerável diferença, em média 12,8%, nos pleitos de 2008 para cá. As Unidades Federativas que contam com *partidos fortes* parecem tender a centralizar a disputa municipal – através da oferta como cabeça da chapa na coligação estabelecida. Cabe, no entanto, explorar mais especificamente os casos que selecionamos por apresentarem partidos fortes e o Amazonas, que tem padrão distinto. O conjunto de gráficos abaixo demonstra como o partido do governador atua na esfera Executiva municipal no tocante às coligações estabelecidas. O número total consiste na soma da presença partidária nas coligações – seja enquanto mero coligado, solitário na candidatura ou mesmo encabeçando a chapa com sua sigla. A subtração de 100% condiz com o valor de municípios em que o partido não atuou de nenhuma das três formas citadas.

**Gráficos 1 – Tipos de candidaturas do partido do governador nas eleições para prefeito**







Fonte: produzidos pelos autores com base em dados do TSE.

Para além dos casos de São Paulo e Acre, em que apenas um partido venceu o pleito para o governo estadual durante todo nosso recorte e que corroboram nossa hipótese de maior centralidade do partido nas eleições municipais, analisamos as Unidades Federativas com *partidos fortes*. Pernambuco e Rio de Janeiro são estados que caminham junto com os exemplos supracitados. O partido do governador assume maior número de coligações como cabeça de chapa justamente logo após assumir a cadeira governamental. Para o estado carioca, a afirmação vale a partir de 2006 – quando o PMDB assume o governo e vence as duas eleições seguintes. A taxa de centralidade<sup>11</sup>, até então, de 10,3% passa a ter uma média de 61,36% para as próximas três eleições. Já no caso de Pernambuco, a taxa de centralidade, que se encontrava na casa dos 40%, passa a crescer já em 2008, logo após a primeira vitória do partido que viria ainda a conquistar o governo mais duas vezes. Em 2008, atinge 54,6% e chega no seu ápice em 2016, com 67,6%.

Porém, convém tratar aqui casos em que o inverso também ocorre. Mesmo em contextos com presença de partidos que venceram, pelo menos, três eleições consecutivas, a taxa de centralidade pode diminuir. São os casos do estado da Bahia e Minas Gerais. Inversamente, o partido do governador assumiu papel “mais simples” na chapa, apenas como partido coligado. Na Bahia, desde a primeira vitória do PT, em 2006, o partido, em nível municipal, vem aumentando suas participações em coligações sem assumir a legenda da chapa. Em 2008, em relação a taxa da eleição anterior, aumentou em 15,6% sua atuação como “coligado” e seguiu crescendo – atingiu 62,6% em detrimento dos 24,9% como cabeça de chapa, porcentagem esta a mais baixa analisada para um partido do governador na Bahia. Desse ponto de vista, o caso mineiro é semelhante. O partido forte aqui é o PSDB, assumindo o governo em 2002. Seu impacto pode ser visto já em 2004, quando o partido do governador aumenta em quase 20% sua participação em coligações e diminui em mais de 12% sua taxa de centralidade. O padrão de coligações parece atuar de forma distinta nos casos selecionados, mas sempre com um perceptível grau de agência do partido do governador frente ao rumo escolhido no nível local.

Os resultados obtidos no Amazonas nos apontam a oscilação em uma região sem reeleição de partidos para o cargo de governador do estado. Faz-se necessário citar uma

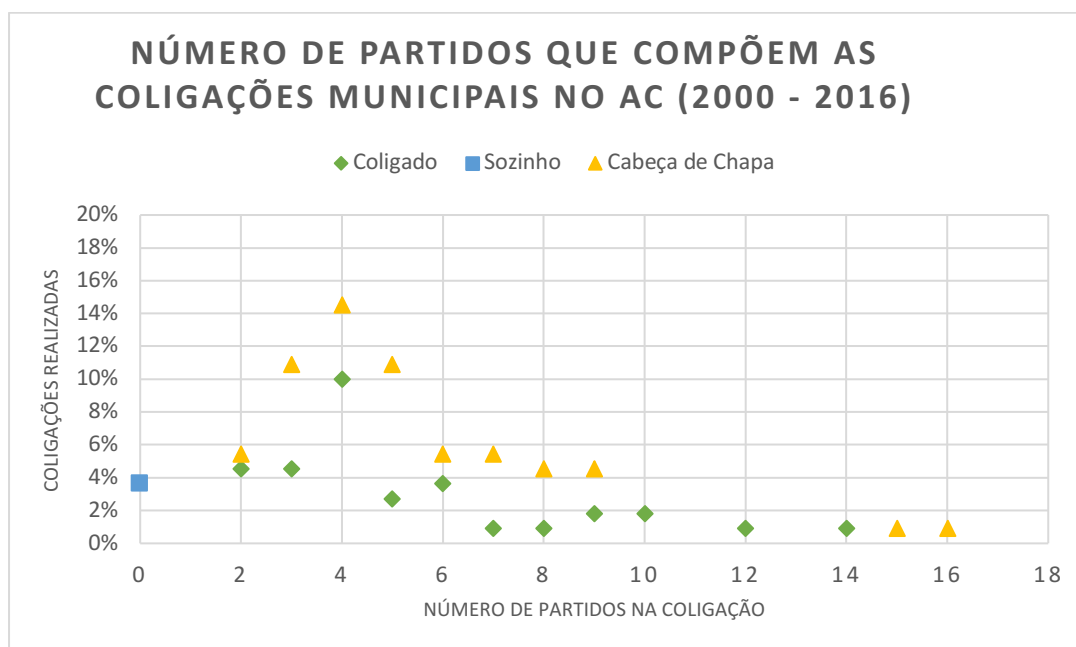
---

<sup>11</sup> Entendemos aqui “taxa de centralidade” como o percentual de candidaturas em que o partido do governador assume a cabeça da chapa na eleição municipal subsequente.

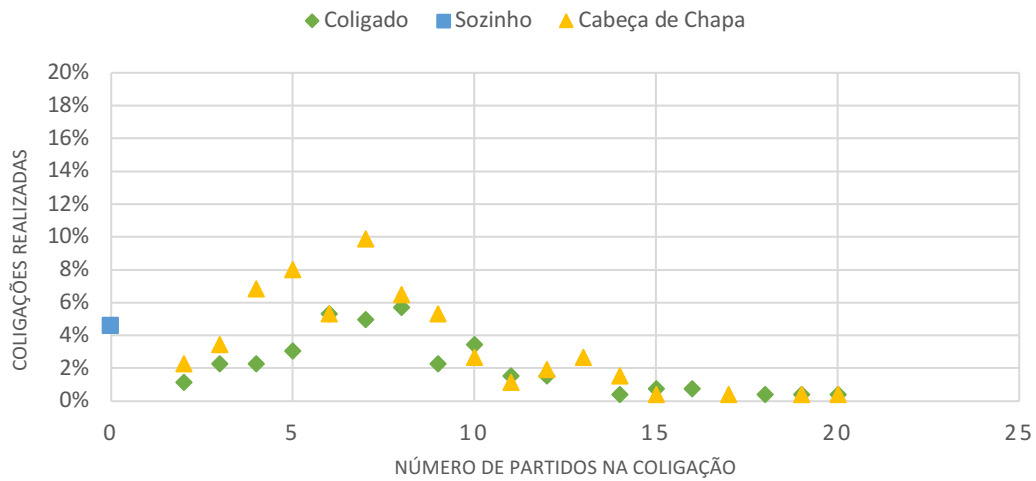
passagem e suas implicações: 2012. O governo elege o Partido da Mobilização Nacional, o PMN – partido pouco expressivo frente ao anterior, o PMDB. Ainda em relação ao partido anterior, os números são bastante destoantes. As taxas de candidatura solitária sobem e como coligado também. O número referente ao encabeçamento da chapa diminui bruscamente. Sua presença em candidaturas é a mais baixa da série. O caso foge à nossa expectativa e demonstra boa coordenação nos outros anos frente à atuação do partido do governador nas candidaturas municipais. As altas taxas enquanto cabeça de chapa e coligado demonstram isso, não escapando aos números encontrados nos diversos casos selecionados para análise.

A agência dos partidos frente às coligações, porém, não se restringem em assumir ou não a legenda da chapa. Aspecto que merece atenção é o número de partidos coligados. O número de partidos coligados nos mostrará em que ocasiões o partido julga satisfatória a união ou não de diversas siglas. Os casos para análise continuam os mesmos.

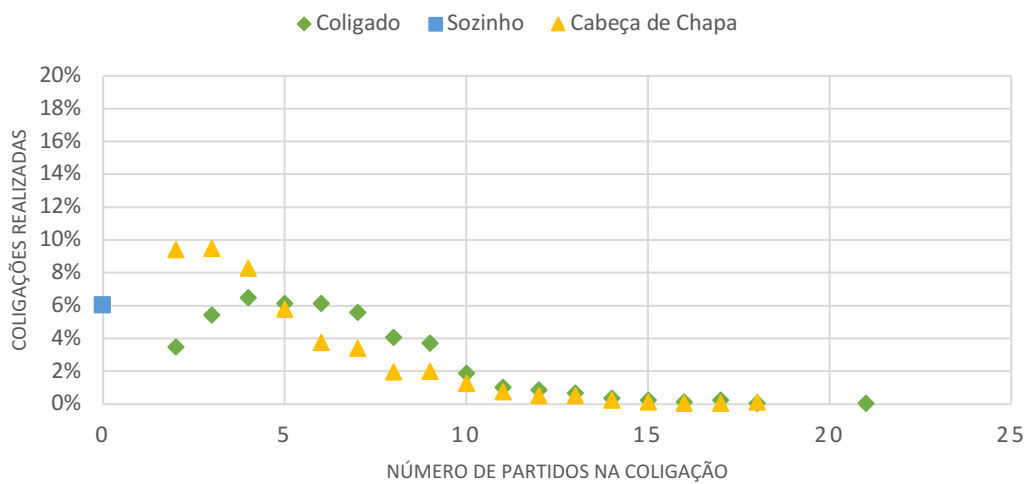
**Gráficos 2 - Atuação do partido do governador nas eleições municipais: coligações realizadas e número de partidos no acordo pré-eleitoral (2000 – 2016)**



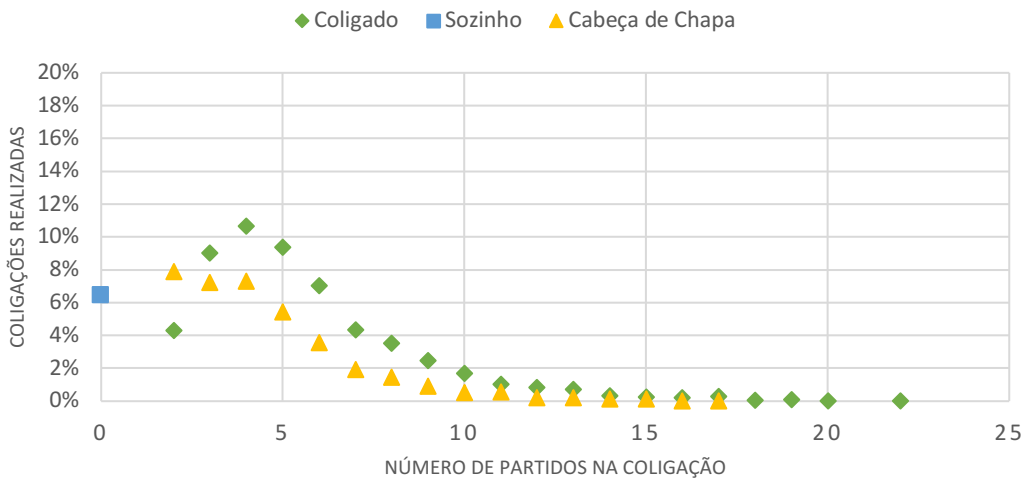
### NÚMERO DE PARTIDOS QUE COMPÕEM AS COLIGAÇÕES MUNICIPAIS NO AM (2000 - 2016)



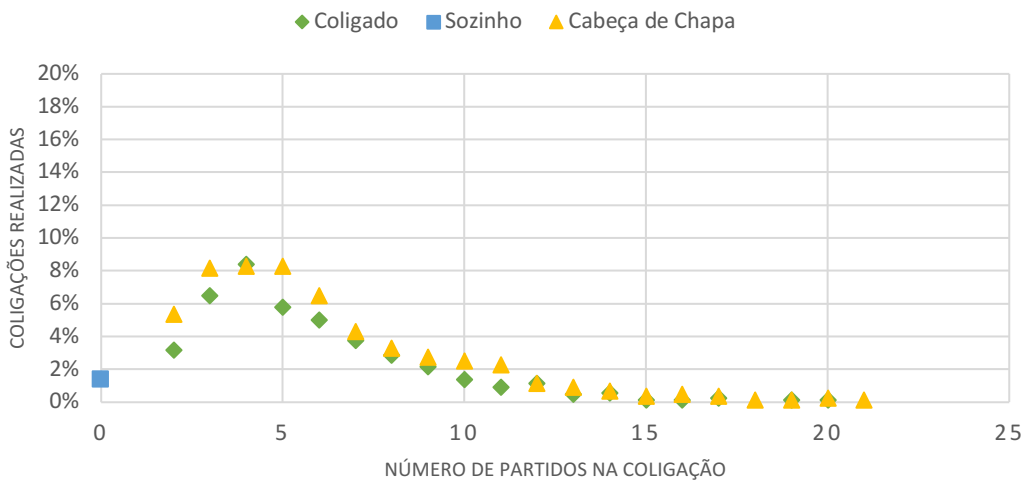
### NÚMERO DE PARTIDOS QUE COMPÕEM AS COLIGAÇÕES MUNICIPAIS NA BA (2000 - 2016)

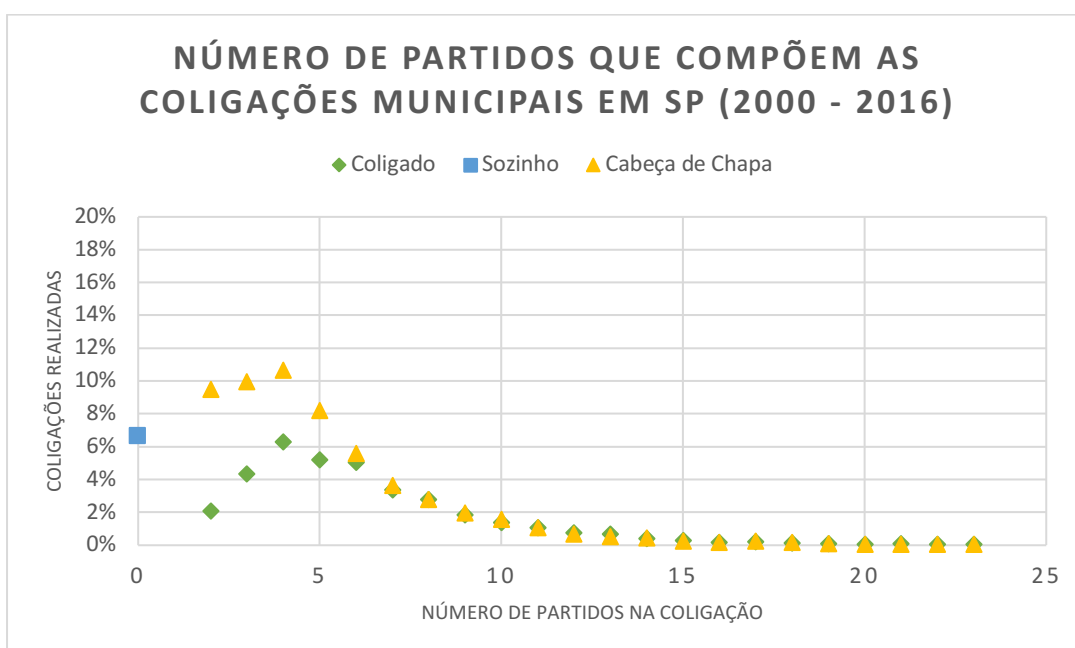
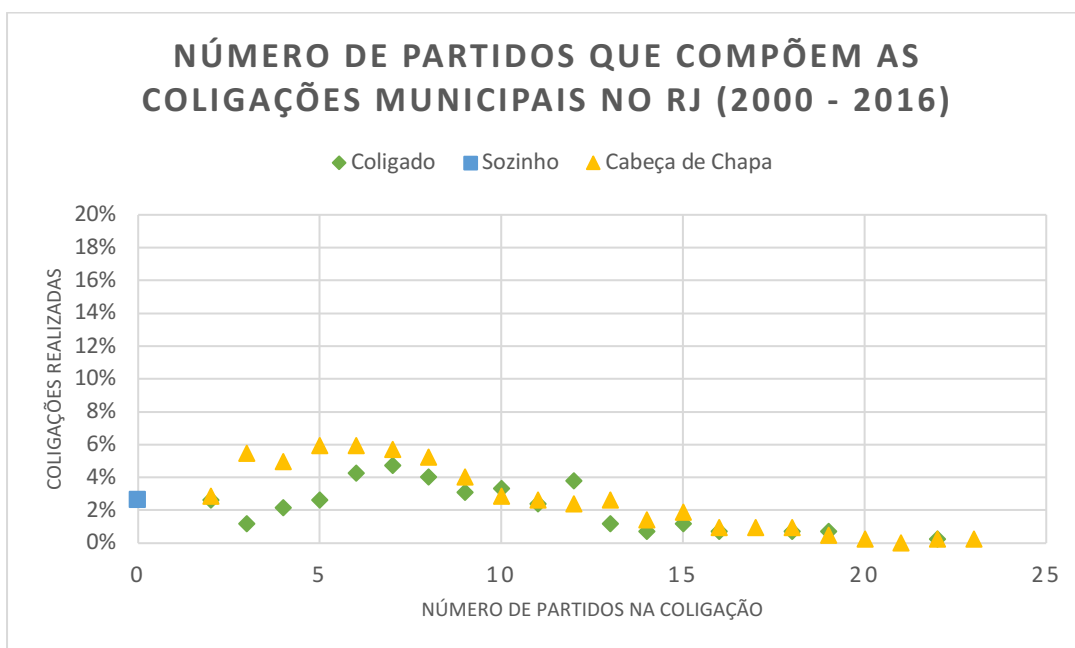


### NÚMERO DE PARTIDOS QUE COMPÕEM AS COLIGAÇÕES MUNICIPAIS EM MG (2000 - 2016)



### NÚMERO DE PARTIDOS QUE COMPÕEM AS COLIGAÇÕES MUNICIPAIS EM PE (2000 - 2016)





Fonte: produzidos pelos autores com base em dados do TSE.

Mais uma vez, os estados da Bahia e Minas Gerais se destacam em nossa análise. Os dois estados possuem as maiores coligações, com maior número de partidos ligados principalmente às chapas em que apenas compõem – o que já era esperado após nossa primeira análise acerca da menor taxa de centralidade nesses locais. Outro dado que chama a atenção para os dois estados é sua alta taxa de candidatura solitária do partido do governador. Protagonizam, ao lado de São Paulo, as maiores taxas de nossa análise.

Os estados de Pernambuco e Rio de Janeiro, também ao lado dos paulistas, apresentam maior número de coligações, atuando majoritariamente como cabeça de chapa

da aliança com menor número de partidos, figurando em torno de cinco partidos por coligação. As taxas de candidatura solitária para PE e RJ são baixas em relação aos demais estados aqui analisados. Seu protagonismo de legenda é visto pela taxa de centralidade alta dos dois locais.

Por sua vez, e com suas peculiaridades, o estado do Amazonas possui pouco ou quase nenhum padrão de alianças a partir do número de partidos. Os dados oscilam ao longo do tempo, sugerindo uma menor coordenação do partido do governador neste estado. A estratégia como cabeça de chapa ou coligado varia por todas eleições. Os dados eram esperados, pois partimos do pressuposto que o gerenciamento em estados sem um *partido forte* para estruturar suas ações partidárias ao longo do tempo resultaria em ausência de padrão de atuação. O estado do AM nos sugere tal achado de forma ainda mais clara, já que nenhum partido conseguiu se reeleger para a cadeira do governo estadual.

Tratando agora mais especificamente sobre os resultados eleitorais, analisamos o taxa de sucesso do partido do governador nas disputas municipais subsequentes. A tabela 4 mostra em quantos estados o partido do governador foi o partido que mais elegeu prefeitos e vereadores. Os dados indicam que o partido do governador tem força considerável dentro dos municípios, principalmente nas disputas para prefeito, para a qual o partido do governador foi o mais votado na maioria dos estados brasileiros, chegando a 19 em 2004, de um total de 26. O único momento que indica alguma queda foi em 2016, mas que pode ser explicada pelo contexto político pelo qual o país passou, que resultou na redução de algumas candidaturas e prejuízo para partidos como o PT, que era bastante presente nos estados e municípios<sup>12</sup>. No caso dos vereadores, a queda foi mais acentuada em 2012, com algum retorno aos patamares anteriores em 2016, algo o que poderia ser compreendido com base na fórmula eleitoral, que afeta a eleição partidária de modo mais maleável quando comparada com as disputas majoritárias para prefeitos.

É importante pontuar que estamos tratando de partidos considerados grandes dentro do sistema partidário brasileiro, ou seja, que regularmente elegem muitos de seus candidatos em todos os pleitos. Isso já pode ter algum impacto sobre sua capacidade de eleger seus candidatos nas eleições municipais. Assim, é visível que há uma tendência

---

<sup>12</sup> O partido esteve no centro da crise política pela qual o país passou, com a contestação das eleições de 2014, escândalos de corrupção investigados pela Operação Lava-Jato e o *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff em agosto de 2016.

considerável de o partido que mais elegeu prefeitos e vereadores ser o mesmo do governador.

**Tabela 4. Número de estados que o partido do governador foi o mais votado para prefeito e vereador**

<b>Cargo</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>	<b>2016</b>
Prefeito	16	19	15	15	12
Vereador	15	15	15	6	13

Fonte: produzida pelos autores com base em dados do TSE.

Com a tabela anterior podemos supor que o partido do governador tem obtido algum sucesso nas disputas municipais. Para verificar quanto seria esse sucesso, o gráfico 3 traz a porcentagem de municípios de cada estado nos quais o partido do governador conseguiu eleger prefeitos. No gráfico também estão indicados os estados nos quais consideramos haver partidos fortes. De um modo geral não conseguimos identificar um padrão entre os estados, mas podemos verificar que de fato o partido de governador consegue eleger número considerável de prefeituras e que há algum efeito dos casos em que temos partidos fortes.

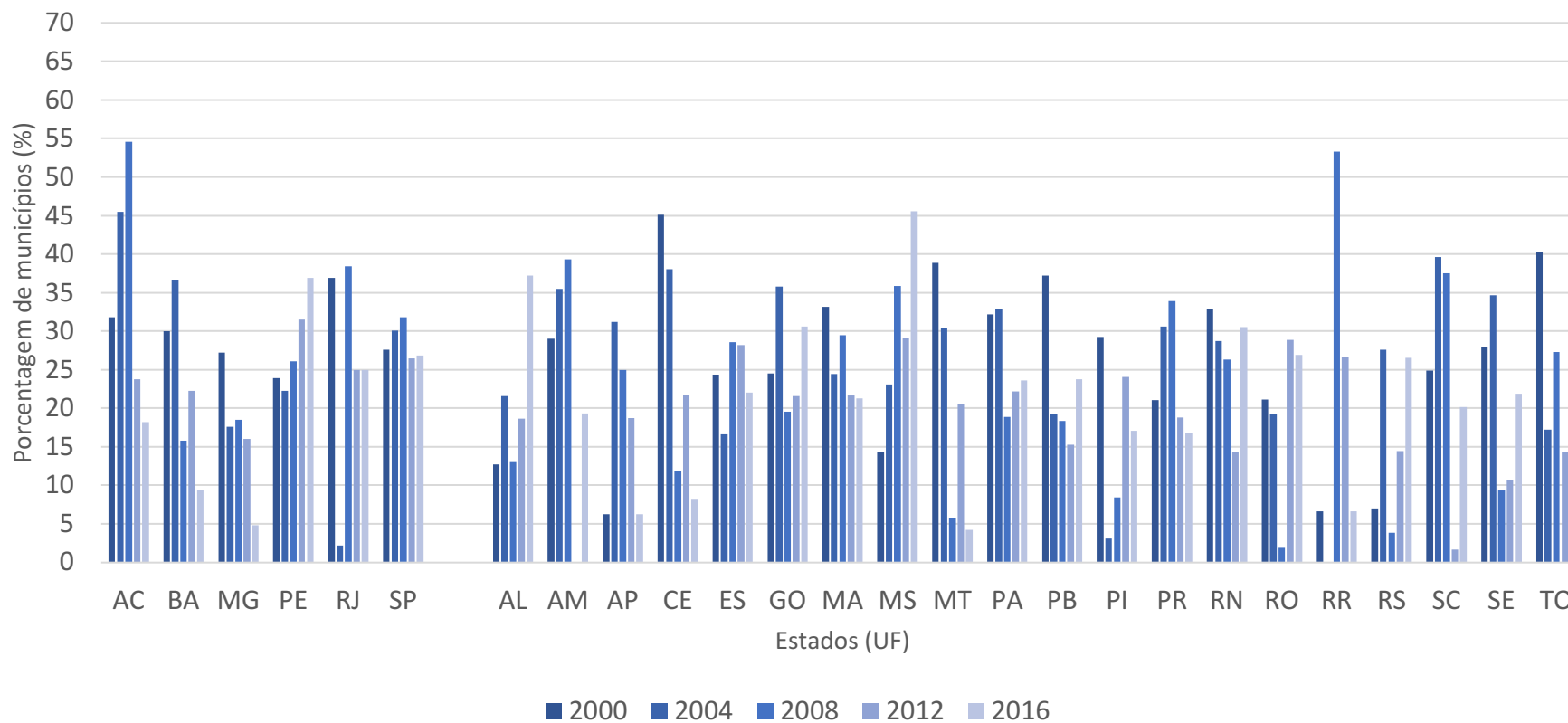
Para MG, RJ e SP é possível notar algum grau de estabilidade na porcentagem de prefeituras conquistadas com a permanência do partido do governador. O Acre é onde houve maior crescimento do partido já em seus primeiros anos, mas sofre uma queda considerável nos anos seguintes, indo de 55% dos municípios para menos de 25%. O mesmo acontece com a Bahia, onde o partido passa a receber a maioria dos votos em menos de 10% dos municípios. Esses dois casos chamam atenção por terem como partido forte o PT, que sofreu uma queda considerável no lançamento e na conquista de prefeituras nas eleições de 2016. Já Pernambuco se destaca com aumento no número de prefeitos eleitos, passando a ser o partido mais votado em quase 40% dos municípios. Vale pontuar que o estado é um importante reduto eleitoral do partido que esteve no governo desde 2006, o PSB.

Entre os estados nos quais não consideramos a presença de partidos fortes, há pouca linearidade na porcentagem de municípios nos quais o partido do governador foi o mais votado. Tais partidos se destacaram nos municípios apenas em momento pontuais, o que sugere que o partido pode ser forte mas não consegue se sustentar no estado. Assim, temos não só a variação no partido eleito, como também variação na sua respectiva força nas eleições municipais subsequentes.

A mesma análise foi feita para o vereadores no gráfico 4. Em relação ao cargo de vereador, é possível que haja mais de um partido com o mesmo número de candidatos eleitos. Por isso, consideramos se o partido que está no governo do estado foi uma das legendas com maior número de eleitos. Os dados para esse cargo indicam maior presença do partido do governador, mas isso não significa necessariamente maior impacto do partido sobre esse pleito, pois a fórmula eleitoral e a maior fragmentação presente nessa disputa também impactam sobre esse dado. De um modo geral os dados novamente não apresentam padrão identificável entre os estados, mas chama atenção o resultado para os casos que selecionamos, que apresentem partidos considerados fortes. Com exceção da Bahia e de Minas Gerais, é possível notar um aumento na capacidade eleitoral do partido do governo para o cargo vereador na eleições mais recentes. O Acre apresenta um pequeno decréscimo, mas ainda assim tem uma das maiores dispersões, chegando a 68,2% em 2004.

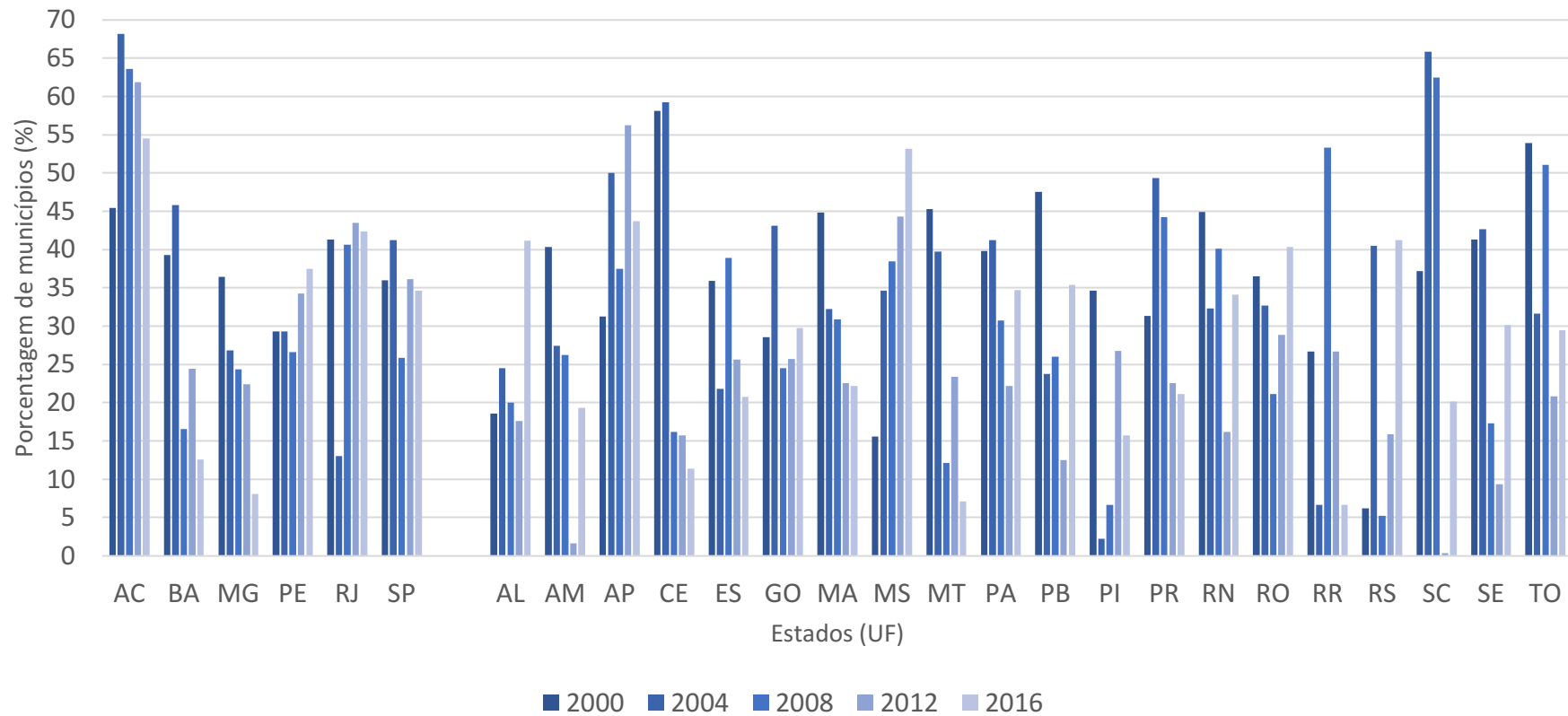
Nesse caso, também fica clara algum grau de regularidade no desempenho eleitoral dos partidos do governador nos estados selecionados em comparação com os demais casos. Nos estados nos quais não há continuidade do partido do governador, seu impacto é mais pontual, novamente sugerindo que o partido pode ser forte mas que isso não é suficiente para se sustentar no estado. Por fim, vale ressaltar que comparando com o cargo de prefeito, nessa disputa o impacto é maior indicando maior dispersão dos partidos. Assim, apesar da fórmula eleitoral ser mais flexível e haver uma maior fragmentação, nota-se que o partido do governador consegue ter mais inserção nesses pleitos.

Gráfico 3. Porcentagem de municípios nos quais o prefeito eleito é do partido do governador por estado



Fonte: produzido pelos autores com base em dados do TSE.

Gráfico 4. Porcentagem de municípios nos quais o partidos do governador é um dos mais votados para vereador



Fonte: produzido pelos autores com base em dados do TSE.

Os dados apresentados nessa seção indicam uma importante presença do partido do governador nas eleições municipais, seja influenciando as estratégias de candidaturas, seja conquistando um melhor desempenho com considerável número de vitórias. Ao trazermos a comparação com os estados onde não são satisfeitas as condições impostas – de vitória em pelo menos três eleições consecutivas –, conseguimos ainda notar a relação dessa permanência no governo estadual e a atuação do partido no nível municipal.

### **Considerações finais**

Em praticamente todos os estados foi possível notar que o partido incumbente se reelege no ano seguinte com alguma frequência. Entre os estados selecionados, o caso do Amazonas se destaca por reeleger candidatos que eram vice-governadores e ocuparam provisoriamente o cargo, ainda que fossem de partidos distintos do anteriormente eleito. Ou seja, ser incumbente é importante, como já havia sido demonstrado por outros trabalhos (AMARAL E TANAKA, 2016). Além disso, notamos também coincidência entre os votos para os pleitos municipais e os partidos dos governadores, principalmente nos casos em que há permanência dos partidos no governo estadual, como o PSDB em São Paulo e o PT no Acre. Esses achados indicam que a presença partidária importa para seu desempenho local e corrobora trabalhos anteriores que indicam a correlação coordenação entre as disputas eleitorais de níveis distintos.

É necessário indicar aqui os dados obtidos pelos demais estados selecionados: Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. A entrada do partido no governo, e sua permanência por pelo menos mais dois pleitos, parece ser relevante. Todos os estados apresentam pontos de inflexão quanto à sua atuação no município a partir do momento que ocupa o posto de governador estadual – seguindo até o fim do terceiro mandato. Bahia e Minas Gerais aparecem com efeito inverso para atuação em coligações. Ainda que corrobore parte de nossa hipótese e apresente significativo número de vitórias no Executivo municipal, o partido do governador apresenta um padrão de maior atuação em candidaturas apenas como partido coligado – diminuindo sua taxa de centralidade. Ainda que seja um estado com *partido forte*, seu *modus operandi* parece ser outro nos municípios. Os casos do Acre, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo vão de acordo com nossa hipótese. Confirmam a presença do *partido forte* no estado enquanto ator capaz de mobilizar candidaturas como cabeça de chapa e angariar vitórias para seu partido nas prefeituras.

Portanto, inferir fortalecimento do partido na arena municipal a partir da eleição governamental merece cautela. A atuação do partido em menor grau enquanto cabeça de chapa parece nos indicar que o fortalecer-se perpassa outros critérios e estratégias. Podemos afirmar, no entanto, acerca da presença partidária a partir do partido do governador. O lançamento ou participação em candidaturas para prefeituras é superior a 90% em todos os estados. Assim, a conclusão que mais nos parece palpável e possível de afirmar, por enquanto, é em relação à influência do âmbito estadual no municipal. Os pontos de inflexão e permanência nos estados parecem claros quanto a isso. Influência, presença e fortalecimento precisam ser temas diferentes para os partidos e suas bases municipais.

O presente trabalho dá abertura a novas investigações a fim de aprofundar essa análise. Se insere, portanto, contribuindo para a agenda de pesquisa que busca analisar coordenação eleitoral, mas também estratégias competitivas por meio das coligações e comportamento dos eleitores. Explorar, por exemplo, quais estratégias se mostraram mais eficientes e realizar essas análises de modo inferencial, incluindo essas e outras variáveis em modelos mais amplos, são tarefas que iremos realizar no futuro. Mas, por enquanto, já conseguimos suspeitar que o partido do governador tem relevância e que essa relação vale ser investigada mais detidamente.

### **Referências bibliográficas**

- AMARAL, O; TANAKA, M. Como os brasileiros escolhem os governadores? Desvendando as razões do voto para os executivos estadual no Brasil em 2014. *Opinião Pública*, 22,3, 2016.
- AVELINO, G; BIDERMAN, C; BARONE, L. Articulações Intrapartidárias e Desempenho Eleitoral no Brasil. *Dados*, 55, 4, 2012.
- CARNEIRO, L.P; ALMEIDA, M.H.T. Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários na Federação Brasileira. *Dados*, 51, 2, 2008.
- CARREIRO, Y.de S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opin. Publica*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 136-163, Maio 2006.
- \_\_\_\_\_; NASCIMENTO, F. As coligações nas eleições para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil (1986/2006). *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 4, p. 75, 2010.
- CERVI, E.; CODATO, A. Institucionalização partidária: uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná. In: CODATO, A.; SANTOS, F. J.(orgs.). *Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral, 2006.
- DALTON, R.; ANDERSON, C. *Citizens, Context and Choice: how context shapes citizens electoral choices*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- DANTAS, H. Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

- DETTERBECK, K. *Multi-level Party Politics in Western Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- DOSEK, T.; FREIDENBERG, F. La congruencia de los partidos y los sistemas de partidos multinivel em América Latina: conceptualización y evaluación de algunas herramientas de medición. *POLITAI: Revista de Ciencia Política*, Año 4, n.7, 2013. p. 161-178.
- FREIDENBERG, F.; SUÁREZ-CAO, J. *Territorio y Poder: nuevos actores y competencia política en los sistemas de partidos em América Latina*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014.
- FIGUEIREDO, M. A lei de ferro da competição eleitoral: a aritmética eleitoral. *Cadernos de Conjuntura*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 50, jul. 1994.
- HELLMANN, O. *Political Parties and Electoral Strategy: the development of party organization in East Asia*. Palgrave Macmillan, 2011.
- KINZO, M. G.. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 23-40, Feb. 2004.
- KRAUSE, S.; GODOI, P. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: Perfis e tendências*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/UNESP, 2010.
- \_\_\_\_\_; PAIVA, D.F. Institucionalização Partidária e Influência do Partido do Governo Estadual nas Eleições para o Executivo Municipal: o padrão das coligações eleitorais no estado de Goiás. ANPOCS, Petrópolis. Anais, 2000.
- LEONI, E. Coligações e ideologia nas eleições para vereadores no Brasil: uma análise econométrica. In: *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*, Belo Horizonte, Editora UFMG. 2011.
- LIJPHART, A., *Democracies: patterns of majoritarian and consensus government in twenty-one countries*. New Haven, Yale University Press, 1984.
- LIMA Jr., O. B. Partidos políticos brasileiros – 45 a 64. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- MACHADO, A. 2005. A lógica das coligações no Brasil. In: KRAUSE, S. & SCHMITT, R. (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer.
- MACHADO, C. Coligações revisitadas: metodologias e encruzilhadas. In: KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos Mello; MIGUEL, Luis Felipe (Ed.) *Coligações e disputas eleitorais na nova república: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso*. Editora Unesp, 2017.
- NICOLAU, J. M. Breves comentários sobre as eleições de 1994 e o quadro partidário. *Cadernos de Conjuntura*, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 50, julho 1994.
- SANTOS, W. G. Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira. São Paulo: Vértice, 1987.
- SCARROW, S.E., WEBB, P.D.; POGUNTKE, Y. *Organizing Political Parties: representation, participation, and power*. Oxford University Press, 2017.
- SCHMITT, R. Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil. 1999. Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro.
- SOARES, G. A. D. Alianças e coligações eleitorais no Brasil: notas para uma teoria. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, (17), pp.95–124, 1964.
- SOUZA, M. C. C. Estado e partidos políticos no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.